



Paisagens & Geografias

ISSN: 2525-5242

REVISTA PAISAGENS & GEOGRAFIAS

Landscapes & Geographies Journal

MILITARIZAÇÃO DA VIDA E DOS TERRITÓRIOS: INTERSECCIONALIZANDO AS CATEGORIAS RAÇA, CLASSE E GÊNERO PARA PENSAR OS CORPOS-TERRITÓRIOS DE MULHERES NEGRAS NO ESPAÇO URBANO

MILITARIZATION OF LIFE AND TERRITORIES: INTERSECTIONALIZING THE CATEGORIES OF RACE, CLASS AND GENDER TO THINK ABOUT THE BODY-TERRITORIES OF BLACK WOMEN IN THE URBAN SPACE

Gabriela Ângelo PINTO¹

¹ Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

RESUMO

No âmbito das favelas, mas especificamente nas localizadas na cidade do Rio de Janeiro, as reivindicações e a luta por outro modelo de segurança pública e repúdio a um processo intenso de militarização da vida e dos territórios se colocava como uma ampla e necessária frente de lutas, sobretudo para mulheres negras. Este artigo é resultado de parte da pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF (Universidade Federal Fluminense) que teve como objetivo analisar os processos organizativos de mulheres da favela da Maré e suas lutas pelo direito à cidade.

Palavras-chaves: Favelas – Direito à Cidade - Mulheres

ABSTRACT

Within the scope of the favelas, but specifically in those located in the city of Rio de Janeiro, the claims and the struggle for another model of public security and repudiation of an intense process of militarization of life and territories was a broad and necessary front. struggles, especially for black women. This article is the result of part of the doc-toral research carried out in the Graduate Program in Geography at UFF (Universidade Federal Fluminense) which aimed to analyze the organizational processes of women in the favela of Maré and their struggles for the right to the city.

Keywords: Favelas – Right to the City - Women

INTRODUÇÃO

Muitos dos ataques que a agenda feminista vem sofrendo se consolida principalmente por que as mulheres em conjunto com os movimentos sociais nos últimos anos têm desvelado e colocado no debate público temas estruturantes da sociedade moderno-colonial-capitalista.

As reivindicações colocadas pela agenda feminista, sobretudo pelos coletivos de mulheres jovens negras e periféricas permitem identificar que a luta contra a opressão de gênero/racial e a dominação do patriarcado são pontos estruturais para combate e enfrentamento das desigualdades sociais seja na cidade e campo.

Esta pesquisa é um desdobramento de discussões desenvolvidas na pesquisa de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. O artigo tem como base teórico-metodológica pensar o direito à cidade e a questão urbana a partir de uma perspectiva interseccional.

GEOGRAFIA, INTERSECCIONALIDADE E ESPAÇO URBANO: UM DEBATE NECESSÁRIO

A pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF foi desenvolvida a partir da perspectiva e da ferramenta teórica epistemológica da *interseccionalidade*. Este conceito amplamente difundido atualmente em pesquisas acadêmicas foi formulado por feministas negras nos anos 1980 e tem se constituído como uma importante ferramenta teórica metodológica no campo dos estudos de gênero. Este conceito tem permitido desvelar processo de relações de poder atrelados a categorias como raça, gênero e classe.

É importante reforçar que os primeiros trabalhos publicados academicamente que vão abordar a questão das especificidades das mulheres negras são resultados da dedicação à militância de mulheres negras. Em 1983 a intelectual negra Lélia González desenvolve a análise da articulação entre sexismo e racismo e como estes sistemas de opressão funcionam como operadores simbólicos do ideário e das formas como as mulheres negras são tratadas no contexto brasileiro. Para González racismo e sexismo se articulam em reproduzem violências contra as mulheres negras e não é possível compreender as discriminações e opressões vivenciadas pelas mulheres apenas pelos vieses de classe social.

Para Collins (2019) há, nas sociedades marcadas pelo racismo e sexismo, uma matriz de dominação que se caracteriza por opressões que se intersectam. Assim *interseccionalidade*, pode se tratar de um conceito ou mesmo uma ferramenta epistêmica- metodológica desenvolvida para dar significado à luta e a experiência de mulheres, negras cujas especificidades não encontravam espaço de discussão quer no debate feminista branco. A perspectiva teórica- conceitual e metodológica interseccional deve ser abordada para uma construção de justiça social e não apenas como uma teoria de uma “verdade” desvinculada despreocupada com a justiça.

O conceito de interseccionalidade é, neste cenário, fundamental para fugir de interpretações reducionistas e/ou essencialistas. Assim de acordo com Kimberlé Crenshaw (2002):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios que criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002:177)

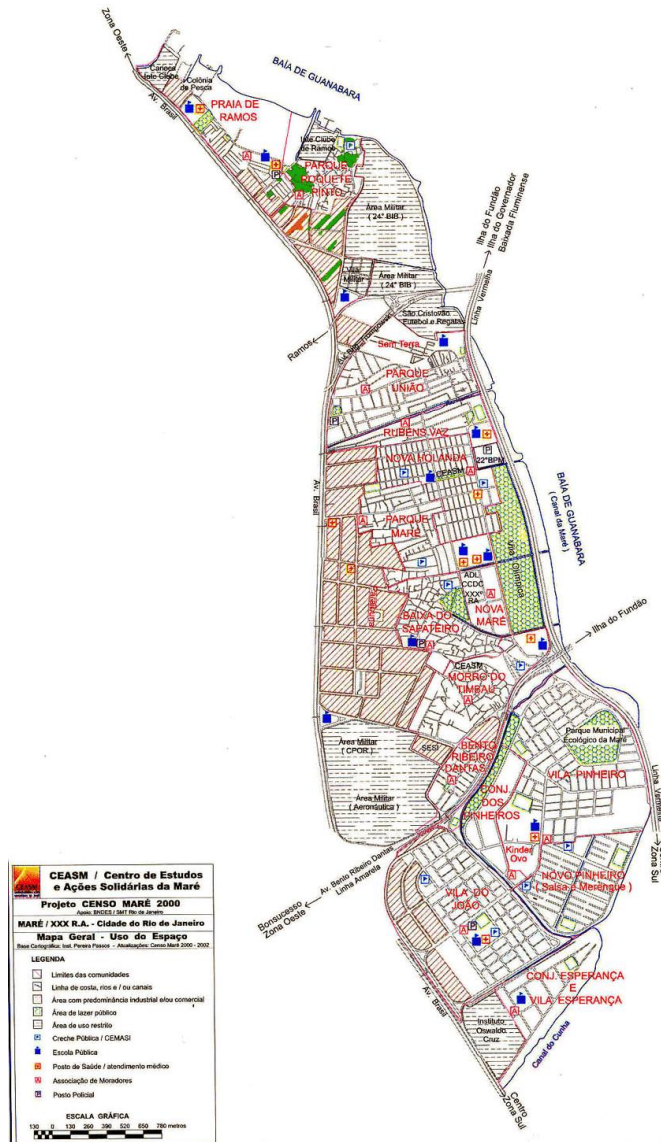
O Estado tem conseguido garantir sua função de “assassino” funcionando, “no modo do biopoder, pelo racismo”, como considera o filósofo Foucault. O que Foucault definiu como biopoder é a forma política de controle sobre os corpos, controle que, se dá preferencialmente sobre os corpos marcados pela subalternidade. Por isso, faz sentido pensar que o corpo das mulheres é alvo do biopoder, do constrangimento de suas ações e liberdade.

Os diversos movimentos feministas ao longo da história em escala global foram se constituindo como resistência a esse controle estatal sobre os corpos. Nas quatro grandes “ondas” da história dos movimentos feministas, a liberdade do corpo contra a opressão do Estado foi se constituindo como o centro da disputa.

BRANQUITUDE, MILITARIZAÇÃO DA VIDA E FAVELAS

No âmbito das favelas, mas especificamente das localizadas na cidade do Rio de Janeiro, as reivindicações e a luta por outro modelo de segurança pública e repúdio a um processo intenso de militarização da vida e dos territórios se colocava como uma ampla e necessária frente de lutas. Como por exemplo, destacamos a marcha realizada no dia vinte e cinco de maio de 2017 com cinco mil pessoas que marcharam pelo fim da violência no conjunto de favelas da Maré (localizada no Rio de Janeiro), com uma forte liderança de mulheres à frente da mobilização. Abaixo segue o mapa do conjunto de favelas da Maré:

A marcha contou com lideranças comunitárias, artistas, comerciantes locais, estudantes e professores das escolas públicas, moradores da Maré e de outros bairros da cidade, mães de vítimas da violência Estatal etc. Esta ação permitiu dar ampla visibilidade as constantes situações de violência vivenciadas pelos moradores e também reunir diversas instituições e redes externas a Maré (profissionais da educação, saúde, alunos, lideranças locais e religiosas da Maré) em torno do tema.



Mapa 1: Conjunto de Favelas da Maré localizada no Rio de Janeiro

Mas mesmo diante das inúmeras reivindicações, denúncias e ações, um jovem de 14 anos, Marcos Vinícius, foi brutalmente executado em dezenove de junho de 2018 em uma operação policial na Maré.

A ação começou na Vila dos Pinheiros e na Vila do João, onde uma casa foi invadida e cinco jovens, assassinados; em outra casa, outro jovem, de apenas 18 anos, sofreu o mesmo fim pelas mãos de agentes do estado. Quem são esses jovens? O que, de fato, ocorreu para que todos tenham morrido? As suas mortes são justificadas, na imprensa, a partir de uma versão da polícia segundo a qual os referidos rapazes faziam parte dos grupos armados que estão na Maré. Até que ponto é verdadeira essa afirmação? Se estavam em um contexto suspeito, deveriam ser assassinados? Foi feita perícia? Como obter essas respostas considerando uma lógica de intervenção militar que não dá o menor valor às vidas dos moradores das favelas e periferias, o que sempre caracterizou as forças policiais cariocas? O processo da operação se

estendeu ainda a outras favelas, como Nova Maré, Nova Holanda e Parque União. Um helicóptero foi utilizado como plataforma de tiro — medida ilegal e imoral cabe dizer. Nessa situação, ficam claros a lógica e o entendimento de que se estabeleceu uma guerra, e os moradores de favelas são considerados parte do exército inimigo. No percurso, o helicóptero vai atirando, atingindo o que tem pela sua frente: casas, espaços culturais, como a Lona Cultural Hebert Vianna, o chão das ruas, onde ficam gravados os muitos furos das balas, e, como não podia deixar de acontecer, pessoas que circulam no momento dos disparos. Chegamos, então, ao Marcus Vinícius da Silva, um adolescente de 14 anos que estava no caminho de sua escola. A sétima vida abreviada em mais uma escolha do estado em insistir na lógica de extermínio da juventude negra deste país. Por isso, indagamos, mais uma vez: até quando? Por isso, no meio da dor, choro e tristeza, nos indignamos e não admitimos que a nossa voz nos seja tirada. Queremos justiça, queremos o fim do genocídio e responsabilizamos o estado por manter uma lógica bélica que continua destruindo a vida e a esperança do povo das favelas e periferias no Rio de Janeiro e no Brasil (SOUZA SILVA, 2018).

A execução de Marcos Vinícius, de 14 anos, dentre outras crianças e jovens da Maré revela as inúmeras violências psíquicas-cognitivas, subjetivas espaciais que crianças e adolescentes passam cotidianamente com as incursões policiais. Essas operações revelam que a atuação militarizada do Estado reproduz um modelo de regulação e normatização de controle de corpos, de esgarçamento psíquico-social e espacial e do extermínio de moradores de favelas¹.

Diante de um contexto cada vez mais brutal as mães que tiveram seus filhos vitimados, em favelas, pela violência estatal se constituem como sujeitas políticas e se articulam em processo organizativos reivindicando justiça e memória de seus filhos que foram executados pela polícia em seus locais de moradia. Podemos afirmar assim que a identidade de mãe se constitui como uma categoria de identidade coletiva que impulsiona e legitima um profundo processo organizativo de mulheres moradoras de favelas em torno da luta por direitos e por justiça para seus filhos. Autoras como Vianna e Farias (2011) consideram que longe de ser um fato isolado, o acionamento da condição de “mãe”, sobretudo mulheres moradoras de favelas e espaços populares e negras, se traduz como elemento de autoridade moral em atos políticos que nos fala de trânsitos relevantes em cenários contemporâneos: entre a dor pessoal e as causas coletivas; entre sofrimentos e direitos; entre formas e dimensões distintas do luto, aqui tomado como processo inextricavelmente individual e social.

Segundo PEREIRA (2018) as formas organizativas das mães que tiveram seus filhos vitimados pelo Estado se diferenciam das formas tradicionais de movimentos de trabalhadores (as) e do universo histórico dos movimentos sociais do que se consolidou como um campo de lutas pela

1

Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/08/opinion/1557268763_938547.html?fbclid=IwAR3s9RPaOhV8LewXM2RwBOAkQICOKgFUTMDdyW_w2lxZjvab4f6ORkqXapE. Acesso 11 de maio de 2019.

“reforma urbana” brasileira (ROLNIK, 2013). São grupos de mulheres, mães em sua maioria, que vivenciam a perda trágica dos filhos por assassinato da polícia, além de um cotidiano de opressões e de violência na vida na favela.

Neste processo organizativo as “mães” vão se constituindo sujeitas políticas, capazes de englobar simbolicamente familiares de vítimas e consolidam assim uma insurgência política definida em estreitas conexões com as construções – sempre em processo – de gênero (VIANNA e FARIAS, 2011, p.15). Assim podemos considerar que conforme as autoras que:

Ao longo desse processo, em que pese a diversidade de atores, lócus e arenas envolvidos, duas unidades simbólicas vão sendo reificadas como entidades discursivas centrais: “as mães” e “o Estado”. Gostaríamos, assim, de nos deter agora nessa relação, considerando não a polissemia e a dimensão historicamente constituída do “Estado”, mas sua fabricação discursiva como pólo antagônico às “mães”. Tal antagonismo alimenta-se de duas representações interconectadas que se expressam, em diferentes momentos, sob a forma de acusações: a primeira delas de ser o Estado o responsável direto pela morte em si dos seus filhos e familiares; a outra, de reforçar a ilegalidade e a injustiça que envolveriam essas mesmas mortes, ao não condenar os culpados e ao não se esforçar para apurar as condições em que a violência fatal foi exercida. (VIANNA E FARIAS, 2011, p.14)

A luta neste sentido para essas mães vai ocupando quase que um lugar imperativo dessa mesma condição, seja pela memória e justiça pelos seus filhos ou para que execuções não se repitam cotidianamente. Assim vários coletivos de mães que tiveram seus filhos vitimados pelo Estado passam a se organizar para reivindicar justiça e memória de seus filhos. Principalmente por que a maioria das execuções que são realizadas por policiais ou agentes do Estado são justificadas como “*auto de resistência*”, classificação fornecida pelos agentes do Estado diante de homicídios em favelas realizados por policiais. É importante considerar que o termo “*auto de resistência*” foi criado em 1969, após o AI 5, como medida interna da própria polícia, para justificar a minimizar a prisão e, flagrante de policiais autores de homicídios (MARTINS, 2018, p.19).

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, dos diálogos e escutas estabelecidas com as mulheres da Maré foi percebendo e identificado que a violência vivenciada por elas na Maré também tinha uma relação direta com experiência da violência vivenciadas por seus filhos diante dos efeitos da militarização nas favelas. Algumas mães foram se articulando junto a redes de mães e familiares vítimas da violência que foram se constituindo com acirramento dos casos de homicídios de jovens negros. Diante de diálogos com o Movimento de Mães de Manguinhos, Movimento Moleque, Rede de Mães e Familiares Vítimas do Estado e com mulheres da Maré, em 03 de agosto de 2019 acontece o primeiro seminário “Despertar das mães e mulheres vitimadas da Maré”.

Foto 1: Roda de diálogos com mães moradoras da Maré.



Fonte: Acervo Pessoal

O seminário contou a presença de uma média de cinquenta mulheres moradoras da Maré e de outras favelas da cidade do Rio de Janeiro. Pela manhã as mulheres puderam ouvir poesias e realizar uma carta coletiva onde puderam relatar suas vivências e percepções sobre o impacto da violência em suas vidas. Em outro momento do seminário houve uma roda de conversa onde as mães puderam fazer seus depoimentos sobre as dimensões da violência estatal em suas vidas e as formas de organização e luta. Abaixo seguem alguns depoimentos de mães que tiveram seus filhos vitimados pela ação policial:

Eu tenho 38 anos, sou Bruna da Silva, sou a mãe do Marcus Vinícius meu filho foi alvejado em uma operação com ao material da escola. Depois deste fato eu fui para a luta, luto para nós é verbo. Hoje estar aqui com minhas companheiras, elas estar narrando as histórias delas para mim me motiva muito. E para gente que somos moradoras estar aqui é importante a gente se mobilizar e sair para fora, é importante a gente lutar pelo nosso território. Se a gente não luta, vai acontecer o que vem acontecendo. Ditadura no escuro que é essa operação que a gente está sofrendo. Nossos filhos morrendo. Mães sofrendo, famílias sofrendo, dilaceradas, com uma ferida que não fecha. Esse é um momento de despertar mesmo. A gente quer que a maré crie voz, cabe a gente, essas mulheres, mães e familiares encontrar força, a gente não pode aceitar o que eles fazem conosco aqui dentro...pegando o relato delas vemos que a luta vem de muitos anos e isso serve de inspiração para mim, elas são meu combustível diário, meu filho me levaram e elas tão ali. E importante quando a gente se apoia, a Maré e potência. ... vamos correr e atrás dos nossos direitos. A gente quer uma Maré que nossos filhos estudem em paz, que a gente saia para trabalhar e nossos filhos possam brincar. Nossos filhos não soltam mais pipa, hoje eles olham para o alto e para o lado e o barulho de helicóptero já assusta. Hoje um helicóptero me tira da minha laje quando eu estou em casa. Eu fiz um

orquidário, eu quando vejo um helicóptero eu sai. A gente vê que para eles, a gente não é nada. (Bruna. Moradora da Maré, 03 de agosto de 2019).

O relato de Bruna da Silva, mulher e mãe da Maré, aponta o esgarçamento da esfera de direitos diante da ação dos agentes do Estado. Com isso observamos que há uma produção de uma *imagem de controle* dos corpos-territórios gendricados e racializados. A autora Patrícia Hill Collins considera que o controle dos corpos das mulheres negras foi importante para as relações de classe capitalista, por objetificar e transformar o corpo em mercadoria. Assim a produção das *imagens de controle* tem sido utilizadas historicamente para justificar o modo negativo como às mulheres negras são tratadas no sistema de opressão COLLINS (2019, p.245)

A reprodução das imagens de controle territorial por parte do Estado busca fomentar o “modos operandi” de extermínio e desumanização das vidas negras faveladas. Assim a política de segurança pública direcionada prioritariamente para controle e produção de mortes passa a ser normatizada como forma de regulação dos modos de vida nas favelas. Assim o sistema de poder e dominação estatal implica reduzir a zona do não ser.

Me chamo Cláudia Maria, sou moradora da mare há 45 anos, eu nunca esperei que isso fosse acontecer comigo. Dia de segunda-feira, meia noite, meu filho foi alvejado por um tiro de fuzil. Foi socorrido, foi para o hospital, e no hospital negaram o direito pra ele sobreviver. Não cuidaram dele. Aí eu pergunto. Cadê nosso direito de vida? ... por que tiraram a vida do meu filho? Por que ele era negro? Por que ele morava na comunidade?... Nossos direitos são negligenciados desde quando a gente nasce. A gente não tem direito á colégio. Não tem direito à médico. Não tem direito a uma boa faculdade. E ainda nos tiram o direito de ir e vir. Gente aqui [na Maré] há muita impunidade. A polícia chega a hora que quer, faz o que ela quer com a gente e nossos filhos. Viola nossos direitos e entram nas nossas casas. E quando vamos falar lá fora, ninguém acredita na gente. Um dia fui contar esse assunto no meu trabalho e falaram assim para mim. “A polícia está aí para isso mesmo”. O que isso significa dizer? Que nós estamos aqui para morrer. (Cláudia Maria, Moradora da Maré)

Com a intensificação da ação criminalizadora do Estado nos últimos anos em relação aos moradores de favelas identificamos que vêm se estabelecendo e se acirrando estratégias do exercício do poder estatal através de práticas e ações de controle territorial e disciplinamento dos corpos.

Na atual conjuntura em favelas o Estado vem estabelecendo publicamente um ideário de seu papel como agente do controle e da força militar, assumindo abertamente práticas punitivas e exterminadoras de controle, gestão e execuções de mortes com recorte classista e racial, com impactos específicos de gênero. Esta tem sido uma especificidade na configuração da gestão racista-patriarcal no espaço urbano. Essas ações afirmam facetas históricas estruturais do Estado moderno-colonial, em sua conformação periférica do capitalismo, sendo neste contexto que se configuram

formas crescentes de militarização e criminalização da vida em favelas e espaços populares, no entanto, não são homogêneos – atingem de forma distinta, desigual e com mais violência a determinados sujeitos e grupos.

GESTÃO DE POLÍTICAS DA MORTE, ESTADO E FAVELAS

Reconhecemos que contexto brasileiro e no caso específico das favelas cariocas as truculências e as violações por agentes do Estado sempre foi recorrente, porém o cenário que se reconfigurou com a intervenção federal na segurança pública do Estado, assinada pelo presidente Michel Temer (MDB) em 16 de fevereiro de 2018² e no pós- eleições governamentais de 2018, que elegeu o governador Wilson Witzel (PSL) tem sido identificado tanto por moradores quanto por dados de institutos de pesquisas no campo da segurança pública que as violências nas favelas tem se tido um configuração mais brutal. O extermínio de vidas negras e faveladas são publicamente estimuladas³ e legitimadas pelo Estado e por seus agentes, fomentando inclusive ações e gestão de necropolíticas.⁴ Em vinte de setembro de 2019 a execução da menina Ágatha Felix, de oito anos, que levou um tiro nas costas em uma Kombi no Complexo do Alemão foi mais um caso brutal de extermínio. O posicionamento do governador Witzel diante a ação dos agentes do Estado foi reafirmar a ação dos policiais, legitimando o posicionamento do governo à ação estatal truculenta.⁵

Em relatório divulgado em 2018 intitulado “Circuito de Favelas por Direitos”, elaborado pela Ouvidoria Externa da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, foram apresentados que moradoras das favelas do Rio de Janeiro relatam roubos, invasões de casa, agressões físicas, xingamentos e estupro por agentes do Estado.⁶ Essas violações são relatadas por muitas mulheres moradoras de favelas, inclusive por muitas mulheres da Maré nos diálogos estabelecidos no desenvolvimento da pesquisa. A grande maioria se vê sendo violada e na maioria das vezes são impossibilitadas de realizar qualquer tipo de denúncia por medo e pela descrença nos desdobramentos efetivos. Na conjuntura anterior diante das violações de direitos humanos os moradores e movimentos comunitários e favelas ainda

² Decreto 9.288 de 16 de fevereiro de 2018 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9288.htm

³ Disponível em <https://epoca.globo.com/a-acao-midiatica-de-wilson-witzel-em-angra-dos-reis-23652061>. Acesso em 18 de outubro de 2019.

⁴ Disponível em : “ Minha ordem é matar: família denuncia execução de quatro pessoas dentro da sua propriedade. <https://www.youtube.com/watch?v=JZJk2LjOtQ&fbclid=IwAR1J0StDfwOx0Xjb08oyzzlisY9SzuG3pP7rlVZMqUIb-2srXmSNruNcCwU>. Acesso em 12 de maio de 2019.

⁵ Disponível em <https://catracalivre.com.br/cidadania/witzel-diz-que-morte-de-agatha-nao-vai-mudar-politica-de-seguranca/>. Acesso em 18 de outubro de 2019.

⁶ Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/02/politica/1538454557_419749.html?fbclid=IwAR3u1Lz_whhn1bBuzeBZV8izMe6V4vAeW6AiK0L9nPRyt4hrwa8ZHfyFY5x4. Acesso em 18 de outubro de 2019.

conseguiam algumas brechas para possíveis diálogos e formas de constranger as autoridades públicas e conseguir compromissos institucionais para minimiza-las atualmente há uma negligência normatizada.

A autora Ângela Davis no livro “Mulheres, Raça e Classe” publicado no Brasil em 2016, irá apontar como o estupro no período escravocrata estadunidense funcionava como uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros. A autora apresenta como casos de estupros durante a Guerra do Vietnã, também se relacionava a práticas estabelecidas desde o período da escravidão.

No Vietnã, o comando militar dos Estados Unidos tornou o estupro “socialmente aceitável”; de fato, era uma política não escrita, mas clara. Ao encorajar jovens soldados a estuprar mulheres vietnamitas, forjou-se uma arma de terrorismo político de massa. Uma vez que as mulheres vietnamitas se notabilizavam por suas contribuições heroicas à luta de libertação de seu povo, a retaliação militar especialmente destinadas a elas era o estupro. [...] Da mesma forma que o estupro era um elemento institucionalizado de agressão ao povo vietnamita, concebido com a intenção de intimidar e aterrorizar as mulheres, os proprietários de escravos encorajavam seu uso terrorista para colocar mulheres negras em seu lugar. [...] Praticamente todas as narrativas de escravos do século XIX trazem relatos de violência sexual sofrida pelas mulheres nas mãos de senhores e feitores. (DAVIS, 2016. p. 36 e 37)

Assim é importante reforçar que o sexismo e o racismo de Estado são mecanismos de controle e de uma gestão racista-patriarcal-colonial de territórios e populações em situação de pobreza, pois representa a condição com a qual, a polícia se legitima para o exercício do direito de matar, humilhar, sequestrar, torturar sem que isso seja considerado crime (OLIVEIRA, 2015). Neste sentido o Estado aciona a política como ferramenta para legitimar o controle territorial e exercer a gestão de mortes e de quais corpos podem ser considerados os matáveis.

Entre os dias 10 e 12 de junho de 2019, segundo o Fórum Basta de Violência- Outra Maré é Possível-, a Maré foi alvo de mais uma truculenta ação polícia. Comando de Operações Especiais da Polícia Militar que atingiu 15 favelas. No dia 10 de junho de 2019, ainda no período da manhã a polícia entrou nas favelas Parque União, Nova Holanda, Parque Maré e Rubens Vaz. Durante todo o dia, de acordo com relatos de integrantes do Fórum, moradores denunciaram pelas redes sociais diversas violações de direitos em decorrência da operação policial. Em maio de 2019, em apenas uma semana foram identificadas cinco operações policiais, todas com helicópteros, contabilizando trinta e uma horas de operação que resultou em sete feridos⁷.

⁷ Disponível em: http://mareonline.com.br/direitos-humanos/uma-semana-de-aco-es-violacoes-e-mortes-na-mare/?fbclid=IwAR0iGy2sPnLdzHU-YELSkCT6ozc_K-k3iECYL6bIqLq4RIeCHBeLRvY0xzg. Acesso em 20 de agosto de 2019.

Foto 2: Maré Vive



Fonte: Acervo Pessoal.

A organização local Redes da Maré atendeu moradores que relataram e denunciaram agressões físicas, psicológicas, invasão de domicílios, assédio e um incêndio de uma casa.

Em 12 de junho de 2019, pelo terceiro dia consecutivo do mês, a Maré acordou ao som de tiros. Dessa vez, uma operação policial que atingiu as favelas do Conjunto Esperança, Vila do João, Vila do Pinheiro, Conjunto Pinheiro, Salsa & Merengue, Nova Maré, Bento Ribeiro Dantas e Baixa do Sapateiro e Morro do Timbau. Antes das cinco da manhã, policiais militares invadiam casas, agredindo moradores e ocasionando o fechamento das quarenta e nove escolas da Maré, deixando dezesseis mil alunos sem aula. A operação policial avançou pela noite deixando três pessoas feridas e uma morta⁸. Sheila Machado de Oliveira, de 28 anos, moradora da Nova Maré foi atingida por um tiro no peito enquanto saía para trabalhar, mais uma mulher trabalhadora tendo sendo vida executada e impedida do seu exercício de andar livremente nas ruas.

Pela ausência de uma ambulância, ela foi socorrida pelos próprios moradores em um carro para ser levada na UPA, mas não resistiu aos ferimentos.

Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/05/cinco-pessoas-sao-mortas-diariamente-pela-policia-do-rio-de-janeiro/?fbclid=IwAR0zZwSBCrVaRmCtIKVxNSX-fUDA2d-fyZFeiolfRCg092OqcAedYfUt0ZU> Acesso 20 de agosto de 2019.

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/06/12/mulher-morre-ao-ser-atingida-por-bala-perdida-no-complexo-da-mare-outros-3-moradores-ficam-feridos.ghtml?fbclid=IwAR0nRX8rz79RljAd2fVoInQtQAZfFZ891nF5APFuTLgOWQOJrVpXt6RQCyE> Acesso em 30 de agosto de 2019.

Ao todo somente nesta intervenção de junho de 2019 foram quatro dias de operações policiais, aproximadamente 50 horas de trocas de tiros, postos de saúde e escolas fechadas, 16 mil alunos sem aula, 13 favelas afetadas, 130 mil moradores aterrorizados, duas pessoas feridas e uma morta. Desde 2016, atuação policial na Maré é regulada por uma Ação Civil Pública que obriga o Estado criar estratégias de atuação no território que preserve a vida de quem mora aqui. Desde 2017, existe uma determinação judicial que obriga o governo estadual a instalar câmeras e GPS nas viaturas policiais e a disponibilizar uma ambulância para atendimento de possíveis vítimas, bem como impede a realização de operações para cumprimento de mandados judiciais durante o período da noite.

Como descrito acima, todas as decisões foram descumpridas pelo Estado obrigando os integrantes do Fórum Basta de Violência! buscar o plantão do Poder Judiciário, na madrugada do dia 13 de junho, para informar o descumprimento das determinações da Ação Civil Pública da Maré. Naquele momento, a operação policial, mais uma vez, avançava pela madrugada contrariando a determinação judicial.

Relato de Karla Rodrigues moradora da Maré:

Mais um dia de operação na Maré sete horas da manhã o barulho do helicóptero dando rasante sobre nossas casas. A porta do quarto estremecia. E o medo dos possíveis tiros, memória enraizada de outras intervenções nesse espaço, se fez notar na carne. Hoje seria a festa de encerramento de semestre do Pedro. Mas não poderia nos arriscar à caminho da escola. Planos, projetos e agendas do dia adiados. É nos manter vivos é a prioridade. (Relato de Karla, aluna da Casa das Mulheres da Maré.)

Este relato apresenta como as operações policiais nas favelas resultam na vida dos moradores truçulentas violações físicas, psicológicas e emocionais. Remete a memórias e vivências de danos causados ao longo da vida, que rebatem na vida pessoal e de famílias inteiras. No caso específico das mulheres que em sua maioria são responsáveis por levar seus filhos à escola ou ao posto médico, os riscos e a insegurança se tornam latentes por grande parte das operações policiais ocorrem em horários escolares. Em 2018 das 16 operações ocorridas, seis delas duraram mais de 10 horas. Este relato em uma rede social é da moradora e historiadora Pamela Carvalho após três dias consecutivos de uma operação policial em junho de 2019 ela aponta:

Então galera, eu queria estar postando minhas fotos lindas com meu companheiro no dia de hoje, mas ainda não consegui, pois estamos vivendo o terceiro dia consecutivo de operação policial, tiroteio e terror na Maré. Todo o complexo está sendo gradualmente varrido pela ação genocida do estado, de uma ponta à outra. Quem viu minhas últimas postagens vai reconhecer este prédio alvejado com tiros. É bem neste local que fica a Lona Cultural Municipal Herbert Viana, local onde com muito suor, eu e uma equipe incrível de pessoas faveladas desenvolvemos um trabalho de arte, cultura e educação, pensando em especial as crianças pretas que moram na região

da Baixa do Sapateiro e Nova Maré. Aí eu queria perguntar: como vive assim? Como trabalha assim? Hoje a gente iria levar as crianças pra uma exposição de arte sobre Abdias Nascimento. Mas nossas vidas estão interrompidas. (Relato Pamela Carvalho. Moradora da Maré em redes social).

No dia 10 de julho de 2019 (previsto anteriormente para 19 de junho), através da realização da pesquisa campo acompanhei um ato realizado pelas organizações locais e de moradores da Maré que marcou os dois anos da “Marcha Basta de Violência! Outra Maré é Possível”, que foi realizada em 2017 em resposta ao cenário de muitas execuções arbitrárias e operações policiais truculentas que aconteceram na Maré.

Foto 3: Encontro de Mães de Vítimas do Estado na Maré



Foto: Redes da Maré

O ato teve como objetivo protestar contra a suspensão da Ação Civil Pública da Maré (ACP)⁹ e denunciar as violações ocorridas na Maré diante do acirramento das incursões policiais que passaram a ocorrer em 2019 na gestão do governador Witzel. A ação foi realizada em uma região simbólica na Maré,

⁹ A suspensão da Ação Civil Pública da Maré (ACP), no dia 19 de junho de 2019, pela juíza Regina Lúcia Chuquer de Almeida Costa Castro, da 6ª Vara de Fazenda Pública da Capital, e que determinava as regulamentações em operações policiais na Maré. A suspensão da ACP se constitui, segundo moradores e organizações locais em um grande retrocesso na luta pela preservação da vida e da segurança dos moradores da Maré. Dentre as orientações da Ação Civil Pública da Maré, que foi construída em debate público pelos moradores a partir da Fórum Basta de Violência! Outra Maré é Possível, estão a obrigatoriedade da presença de ambulâncias durante as operações policiais, apresentação de um plano de redução de danos em operações policiais e a instalação de GPS e câmeras nas viaturas policiais. Estas são medidas para que violações de direitos sejam acompanhados e investigadas.

Esta ação pública teve origem em 2016 após uma operação de 12 horas que resultou em seis pessoas baleadas. A ação foi importante para redução de número de operações policiais, caíram de 41 em 2017 para 16 em 2018, de pessoas assassinadas de 42 para 24, dias sem aulas de 45 para 10 segundo a organização Redes da Maré. Nos cinco primeiros meses de 2019 as forças de segurança foram responsáveis por quase um terço dos homicídios em todo estado do Rio de Janeiro. Foi também nesta ação pública que outra solicitação foi realizada que fosse impedido o uso de helicópteros como plataforma de tiros em operações policiais em favelas.

intitulada pelos moradores “Divisa”,¹⁰ uma área de fronteira entre duas favelas da Maré que tem sido marcada por intensos confrontos armados.

Diante deste contexto as mobilizações de mulheres se intensificaram para enfrentamento das violações de direitos. Segue abaixo o relato de duas moradoras que foi concedido através de uma entrevista semi-estruturada que buscou identificar a relação entre militarização e violência contra as mulheres na Maré, compreendendo a percepção, vivência, experiência espacial e as dimensões psíquico-cognitivas diante das operações policiais produzidas por agentes do Estado na Maré.

Como nosso trabalho é percorrendo a Maré toda, já passamos por momentos difíceis. Na última operação (com helicóptero atirando) na rua que estávamos começaram a dar tiros para baixo, a gente não sabia para onde ir. Se não fosse o morador nos botar para dentro, a gente iria ficar ali acuada. Tiro para todo lado, a polícia vem e não quer saber se tem trabalhador na rua, horário que as crianças estavam saindo da escola. Foi um pânico total e é sempre assim quando a polícia vem. Já deixei de trabalhar devido a operações policiais na Maré, já deixei de ir a clínica da família que tinha médico marcado e a consulta foi remarcada para três depois, pois a clínica fecha em dia de operações. As escolas também fecham, não círculo na Maré em dia de operação. É surreal, pois era o dia para eu me sentir segura e circular... mas não. É o pior dia para você circular nas comunidades, são os dias de operações. Você deixa de viver, já fiquei sentada no chão para me proteger de tiroteio, em escolas e no trabalho também. Sinto revolta pois limita meu direito de ir e vir. É o momento que não sei o que pode acontecer. Você está andando e pode ser alvejada e xingada. Muitas mulheres são xingadas por policiais, palavras de baixo calão. Você se sente constrangida de circular. Já passei por muitas situações de constrangimento na rua e dentro da minha casa. A polícia muitos anos atrás entrou na minha casa e não queria sair e meu esposo teve que sair do trabalho para eles saírem da minha casa. Se pudesse em operação meus filhos não saíam de casa. Tenho duas meninas. Se pudesse em dia de operação ela ficavam protegidas debaixo da minha asa. Quando o exército estava aqui era muito inseguro pois a qualquer momento era tiroteio ou confronto. Uma das piores operações que passei foi quando o exército estava aqui na Maré, com tiros e bombas. Entrei em estado de choque, foi difícil me recuperar. Para combater essa violência o que eu faço é lutar pelos meus direitos, não por que somos moradoras da Maré que temos que sofrer essa violência. (P., relato de moradora da Maré em entrevista realizada em 10 de julho de 2019 em pesquisa de campo).

Este relato nos permite analisar que a percepção da insegurança e da violência em espaços públicos vivenciadas pelas mulheres da Maré tem sido acirrada pelas operações policiais nas favelas. As operações policiais permitem o aumento da probabilidade de mulheres vivenciarem algum tipo de violência e de riscos à vida diante dos confrontos armados que são intensificados nos confrontos armados. Neste

¹⁰ O termo “divisa” e fronteira são amplamente utilizados por moradores da Maré. As fronteiras denominam as divisões de territórios estabelecidas por grupos civis armados e são organizadas de acordo com os limites que distinguem as comunidades. São fronteiras invisíveis e imateriais mas que demarcam a mobilidade dos moradores.

sentido o Estado funciona como um impulsionador de diversas violações no âmbito físico, psíquico e emocional principalmente na reprodução de transtornos e traumas psíquico-cognitivos em mulheres e crianças.

O cerceamento da mobilidade espacial é bastante demarcado pelas mulheres seja para a esfera do trabalho, estudo, lazer ou mesmo para levar as crianças e idosos em escolas e postos de saúde visto que são majoritariamente responsáveis pelo cuidado e a reprodução social das famílias. Assim quando não há execução dos corpos diante dos confrontos armados o que se coloca a produção de um esgarçamento psíquico-emocional espacial e a reprodução de inviabilizações em determinados aspectos da reprodução cotidiana da vida. Reforçando uma regulação e normatização governamental de ação sobre os territórios para reprodução da vida em condições asfíxiante e no limite da exaustão.

Produz-se por parte das moradoras uma “geografia da mobilidade” com a construção cotidiana de estratégias para circulação. Em determinados horários mulheres se organizam em grupos para sair das escolas, cursos ou trabalho. Realizam cursos profissionalizantes em diversas áreas das comunidades para ter seu direito de ir e vir assegurados.

Eu já fui uma vez [no centro da cidade do Rio de Janeiro á noite] e foi uma experiência horrível. Você tem que pegar um horário que todo mundo tá saindo, a partir de oito horas da noite é inviável, você não vai ver uma viatura circulando. Eu fazia cursinho pré-vestibular a noite no centro da cidade, saía onze horas da noite no cursinho, e você andar numa rua escura, sozinha, é... é aquela sensação, você olha pra trás. Você pensa muita coisa, qualquer sombra que você vê, você vê acha que tem alguém te seguindo, qualquer homem que você vê vindo na sua direção você acha que é perigo, você não tem onde entrar, onde se esconder, não tem quem chamar, não tem ninguém na rua, você tem aquela preocupação, não tem guarda, não tem nada. É muito ruim. Eu ando muito de bicicleta, por que eu me sinto mais protegida assim, sabe, qualquer coisa eu dou um pique na bicicleta, agora você está a pé, realmente é muito complicado.” (Joana, relato de moradora da Maré em grupo focal realizado com jovens entre 19 e 24 anos em setembro de 2015)

Essas percepções de insegurança e medo que se constitui com os riscos de confrontos diante das operações policiais se traduzem em efeitos reais que se subscrevem na subjetivação psíquica e corpórea e interferem diretamente na mobilidade espacial e no acesso a equipamentos e serviços públicos sensíveis a gênero e raça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa principal chamada de mobilização e sensibilização nos últimos anos tem sido "é pela vida das mulheres". E essa chamada diz muito sobre e a partir de nós. Historicamente a defesa da vida e dos nossos corpos-territórios tem sido a principal agenda para nós diante de tamanhas brutalidades que

enfrentamos nos inúmeros espaços que ocupamos. Este contexto evidencia de forma profunda que o sistema moderno-colonial-racista patriarcal-capitalista condiciona alguns corpos a morte e/ou ao controle cotidianamente. Assim este sistema se realiza, organiza e faz a manutenção de articulações que favorecem diretamente a *branquitude*.

Como apontando nos artigo a percepção da insegurança e da violência em espaços públicos vivenciada pelas mulheres da Maré tem sido acirrada pelas operações policiais nas favelas. As operações policiais permitem o aumento da probabilidade de mulheres vivenciarem algum tipo violência e de riscos à vida diante dos confrontos armados que são intensificados nos confrontos armados. Neste sentido o Estado funciona como um impulsionador de diversas violações no âmbito físico, psíquico e emocional principalmente na reprodução de transtornos e traumas psíquico-cognitivos em mulheres e crianças. Não nos calaremos. Nossa voz ecoará por vida e liberdade! É pela vida das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. (*Revista Estudos Feministas*, vol. 10, nº 1, 2002; pp. 171-187).

DAVES, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. 1º edição, São Paulo, Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p 223-244.

HILL, Collins. COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

OLIVEIRA, Denílson. *Gestão racista e necropolítica do espaço urbano: apontamento teórico e político sobre o genocídio da juventude negra na cidade do Rio de Janeiro*. Nova Iguaçu. Anais do Copene Sudeste, 2015.

PEREIRA, Edir Augusto. *As Encruzilhadas das Territorialidades Ribeirinhas: Transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense*. Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação em Geografia da UFF: Niterói, RJ, 2011.

VIANNA, Adriana & FARIAS Juliana. “A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional.” *Cadernos Pagu* (37), São Paulo, julho-dezembro de 2011:79-116.